

A formação do sujeito democrático

Gideon Borges dos Santos

[Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana
Pesquisador do Cesteh/ENSP/Fiocruz]

As últimas eleições protagonizaram uma das questões de maior destaque no cenário político: quem está melhor capacitado para governar o Estado? O sujeito político, aquele que possui a experiência e as artes da negociação para articular um projeto de sociedade?

Ou o sujeito especialista, que domina o conhecimento técnico das pastas de governo e, portanto, seria o mais hábil na tarefa de gerir recursos públicos?

Aparentemente, o discurso que adotou o critério técnico obteve a simpatia da sociedade e foi vitorioso. Apesar do pouco interesse que este assunto desperta no momento pós-eleitoral, a querela sempre esteve presente ao longo da história, no cenário da política.

Na Antiguidade, por exemplo, Platão atribuiu ao especialista filósofo a tarefa de governar os homens.

No intuito de estabelecer uma especialidade para a política, ele descreveu que a formação do político é algo bastante sério para ser entregue a qualquer aventureiro, não podendo ser excluídas as virtudes necessárias à atividade pública. Encontramos, porém, na obra de Aristóteles, uma argumentação que contraria essa perspectiva. No livro *A Política*, o autor argumenta que uma sociedade democrática deve proporcionar a todo cidadão um tipo de educação que o prepare, ao mesmo tempo, para governar os homens e por eles serem governados. Sem retirar a seriedade que esse projeto exige, a ambição do Filósofo foi estendê-lo ao alcance de todos os potenciais estadistas.

O que está em jogo nessa velha querela é o projeto de educação mais adequado a determinada sociedade que, no caso da antiguidade, teve como pano de fundo a definição de um saber específico ou de um conhecimento geral para governar.

E de fato, a antiguidade nos deu o sentido da educação pública e comum, que estivesse acessível a todo cidadão, no sentido de prepará-lo para a atividade política, por entender que a tarefa de governar os homens não era objeto de conhecimento de alguns, mas exercício da própria cidadania.

Ocorre que o sistema econômico, em que vivemos na modernidade, dá sinais claros do quão longe estamos do ideário de uma educação comum, capaz de preparar o cidadão para realizar o seu mais importante papel: o de participar das decisões que definem os rumos da sociedade. Isso porque o projeto de escola que temos, não somente oferece poucas oportunidades de êxito na formação das classes populares, como também reconhece qualquer sucesso escolar apenas se estiver acompanhado da preparação do indivíduo para o trabalho.

No contexto atual, educar o cidadão seria o mesmo que formar o trabalhador e, nesse sentido, o discurso de que o especialista é mais adequado para governar os homens faz um sentido absoluto, na medida em que o político é ele próprio um trabalhador que detém o conhecimento para governar. Além disso, a natureza do conhecimento político é tratada como um conhecimento técnico, sendo a virtude, considerada entre os cidadãos a qualidade mais requisitada a todos que vivem pelo bem comum, refiro-me especificamente à honestidade, termina por fazer parte do projeto de educação da família, e quanto às escolas, instituições responsáveis por educar o cidadão, dedica-se ao ensino da técnica e não da virtude. E quando o fazem, geralmente tratam-na como uma matéria escolar e não como uma prática. É evidente que não somente a honestidade, mas outras virtudes éticas e o zelo pelo bem comum também compõem o leque de predicados necessários a um bom político e, sem nenhum exagero, a todo cidadão. É na defesa de uma formação comum, espalhada pelos diversos espaços sociais, que reside a atualidade do projeto aristotélico. Talvez por isso a corrupção, o maior desafio da política, seja de fato um grande problema. Não por tratar-se de uma qualidade exclusiva dos nossos políticos, que precisa ser atacada porque verdadeiramente corrói as forças de todo projeto democrático, mas por revelar, de certa maneira, uma característica presente nas mais diferentes instituições e relações sociais. Dessa forma, combater o mal que atinge todas as formas de governo não depende da eleição de políticos que ganham a glória por se calçarem em discursos anticorrupção, com grande poder de convencimento, pelas suas boas intenções. Atacar o mal da política é um projeto que exige uma mudança de mentalidade da sociedade brasileira, e não apenas dos políticos de plantão, que são, do ponto de vista das virtudes, um espelho embaçado da sociedade que eles representam e, em certo sentido, formados no mesmo sistema que juram combater. Dessa maneira, formar o político é tarefa de todos nós, não apenas modificando a maneira como nos relacionamos com as instituições públicas, mas também no modo como isso é transmitido às novas gerações, pelos gestos dos aparelhos formadores. E nessa perspectiva, não interessa se o governante é o especialista ou o político profissional porque, afinal de contas, a principal característica que lhe é exigida não depende mesmo dos seus conhecimentos, e sim das suas virtudes, que a sociedade atual parece não estar equipada para criar nem preservar nos seus indivíduos.

■ ■ ■

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.